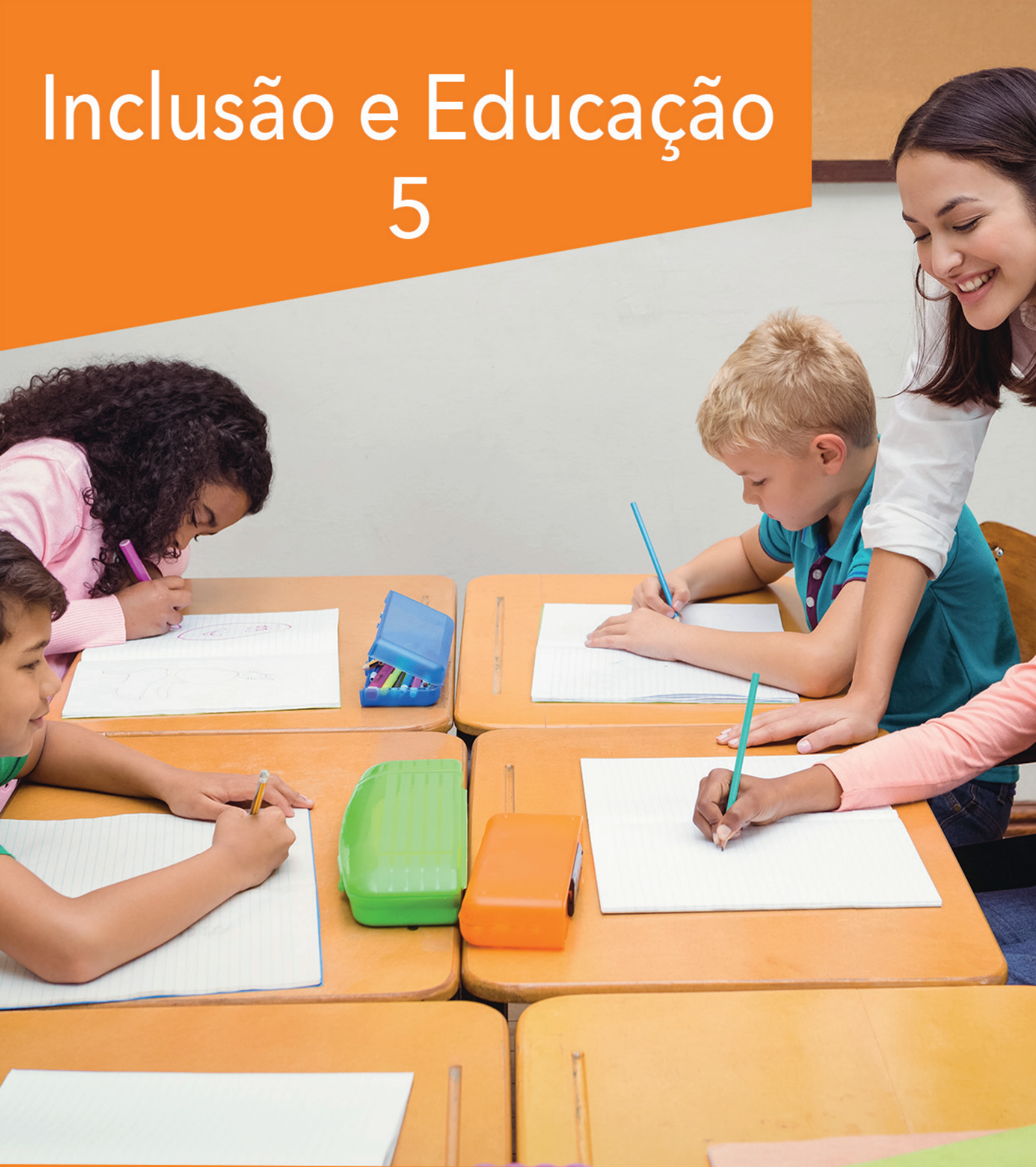


Inclusão e Educação

5



Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 5 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-033-9

DOI 10.22533/at.ed.339191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Professores – Formação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu V volume, com 20 capítulos, apresentam estudos sobre Formação de professores, Tutoria, Educação a distância, Orientação e Aprendizagem num universo de discentes excluídos como pessoas com deficiência, idoso e risco social.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjecturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume V é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distância e toda sua beneficência massiva e transformadora da prática educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer e clarificar, os leitores sobre as várias modalidades de educação como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR EM PEDAGOGIA: A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO EM DISCUSSÃO	
<i>Maria Do Rosário de Fátima Brandão de Amorim</i>	
<i>Fabiana Wanderley de Souza Moreira.</i>	
<i>Francyne Monick Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915011	
CAPÍTULO 2	15
PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros</i>	
<i>Neiza de Lourdes Frederico Fumes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915012	
CAPÍTULO 3	25
DESAFIOS DO DOCENTE NA INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Maria Lúcia Serafim</i>	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915013	
CAPÍTULO 4	35
AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915014	
CAPÍTULO 5	44
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
<i>Francisco Varder Braga Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915015	
CAPÍTULO 6	54
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE	
<i>Lúcia Lima da Fonseca</i>	
<i>Alice Abreu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915016	
CAPÍTULO 7	62
FORMAÇÃO CONTINUADA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CLASSE: LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS	
<i>Ana Lúcia Oliveira Aguiar</i>	
<i>Stenio de Brito Fernandes</i>	
<i>Charles Lamartine de Sousa Freitas</i>	
<i>Francinilda Honorato dos Santos</i>	
<i>Eliane Cota Florio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915017	

CAPÍTULO 8 72

REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UMA VISÃO DO MEC

Mônica Mancini

Dirceu Matheus Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915018

CAPÍTULO 9 91

A ESPIRAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jeong Cir Deborah Zaduski

Ana Lucia Farão Carneiro de Siqueira

Denise Gregory Trentin

Klaus Schlünzen Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915019

CAPÍTULO 10 99

INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO: DE CASA PARA O MUNDO

Shirley de Souza Silva

Pâmela dos Santos Rocha

DOI 10.22533/at.ed.33919150110

CAPÍTULO 11 106

INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Antônia de Araújo Farias

DOI 10.22533/at.ed.33919150111

CAPÍTULO 12 116

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA

Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira

Nubia Carla Ferreira Cabau

Maria Luisa Furlan Costa

DOI 10.22533/at.ed.33919150112

CAPÍTULO 13 127

OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carla Plantier Message

Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques

Raquel Rosan Christino Gitahy

Adriana Aparecida de Lima Terçariol

DOI 10.22533/at.ed.33919150113

CAPÍTULO 14 137

CIRCO E ESCOLA: O PROFESSOR COMO PRINCIPAL PERSONAGEM DA TRAMA EDUCACIONAL

Pedro Eduardo Duarte Pereira

Júlia Roberta Gomes de Sá

Alexsandra Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33919150114

CAPÍTULO 15	149
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
<i>Lúcia de Mendonça Ribeiro</i>	
<i>Ionara Duarte de Góis</i>	
<i>Antônio Carlos Silva Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150115	
CAPÍTULO 16	160
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA PARA APROXIMAR FAMÍLIA E ESCOLA: A AGENDA COMO FERRAMENTA	
<i>Adriane Cenci</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150116	
CAPÍTULO 17	172
REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Marcos Lucena da Fonseca</i>	
<i>Maria do Carmo Barbosa de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150117	
CAPÍTULO 18	191
THE HISTORICAL DILEMMA INSIDE ICT IMPLEMENTATION IN EDUCATION: AN INTERCULTURAL AND INTERGENERATIONAL ISSUE	
<i>José Guillermo Reyes Rojas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150118	
CAPÍTULO 19	204
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA ESCOLARIZAÇÃO NA INFÂNCIA FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO	
<i>Andréia Gomes da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150119	
CAPÍTULO 20	217
CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL ALTERNATIVO DE CITOLOGIA: INCLUSÃO EM UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Miani Corrêa Quaresma</i>	
<i>Edmar Fernandes Borges Filho</i>	
<i>Bianca Venturieri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
CAPÍTULO 20	231
FORMAÇÃO DOCENTE E TRANSFORMAÇÃO: ANALISANDO A FORMAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE LOCAL	
<i>Saulo José Veloso de Andrade</i>	
<i>Patrícia Cristina de Aragão</i>	
<i>Antônio Roberto Faustino da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	241

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE

Lúcia Lima da Fonseca

Coordenadora Pedagógica da Escola de Ensino Fundamental Centro Integrado de Desenvolvimento - Porto Alegre/RS

Alice Abreu

Psicóloga da Escola de Ensino Fundamental Centro Integrado de Desenvolvimento – Porto Alegre/RS

RESUMO: Relato de Experiência sobre os Conselhos de Classe Participativos realizados com as turmas de Ensino Fundamental I, ao final de cada trimestre letivo, com o objetivo de possibilitar espaços de reflexão, de autoconhecimento e, desta forma, favorecer o relacionamento interpessoal e também o relacionamento com os objetos de conhecimento e com as aprendizagens. Um dos princípios que norteia a elaboração das propostas que serão apresentadas aos alunos no Conselho Participativo é a inclusão, visando o respeito às diferenças e às singularidades de cada membro do grupo, lembrando que eles estão inseridos em um grupo maior. As diferenças de pontos de vista são vistas como partilhas que favorecem o diálogo. Os alunos exercitam trocas significativas através da palavra, desenhos, registros, procurando fazer reflexões sobre as relações com o meio em que estão inseridos, no que diz respeito ao universo da sala de aula e as

relações que ali se estabelecem. Assim, estão produzindo novas formas de subjetivação. Esta é uma estratégia que vem trazendo efeitos, valorizando a subjetividade, singularidade e a cooperação com vistas à autonomia e à autoria. **PALAVRAS-CHAVE:** ensino fundamental, conselho de classe participativo, subjetividade

ABSTRACT: Experience report about Participative School Councils carried out in Low Elementary School groups, at the end of each school trimester, aiming to allow a space for reflection, self-knowledge, favoring interpersonal relationship and also relationship with objects of knowledge and learning. One of the principles which guide the preparation of the proposals that are going to be presented to the students in the Participative Council is the inclusion, seeking the respect to differences and singularities of each and every group member, remembering that they are part of a broader group. Divergent points of view are seen as ways of sharing which favor the dialogue. The students practice meaningful exchanges through the use of the word, drawings, registers, searching for making reflections about their relationship with the environment they are included, concerning the classroom universe and the connections established there. This way, they are producing new ways of subjective. This strategy has been brought effects, valuing subjectivity, singularity

and cooperation, aiming autonomy and authorship.

KEYWORDS: elementary school, participative school council, subjectivity

1 | INTRODUÇÃO:

A escola da atualidade tem se colocado como um grande desafio, visto que o mundo passa por muitas e rápidas mudanças. Se há tempos atrás a escola podia afirmar que sua importância estava na transmissão do conhecimento e no preparo para o futuro, hoje ela precisa ser mais dinâmica, pois o conhecimento está ao acesso de alguns cliques e o futuro é imprevisível. Frente a esta realidade, cabe à escola o papel fundamental de proporcionar relações. Relações do sujeito com os objetos de conhecimento, com os demais sujeitos, com a riqueza da diversidade... Aliás, cabe à escola, proporcionar relações saudáveis!

Hoje é importante que pensemos a escola como uma organização complexa, atravessada por relações que não se passam somente em seu interior, mas que vêm de muitos lugares e direções, uma vez que não se pode pensar a escola sem situá-la numa determinada realidade, num lugar específico, de uma realidade bem maior e complexa, que engloba: a comunidade, a sociedade, o país, o mundo. (EIZIRIK, 2001)

Neste contexto, uma das mudanças significativas é a perspectiva de educação inclusiva. Depois de um longo período da história, em que a escola era considerada apenas para alguns, atualmente a legislação brasileira prevê que todas as crianças, sem nenhum tipo de discriminação, devem frequentar instituição escolar. Esta perspectiva traz um público muito diverso para a escola, sujeitos com características diferentes, com interesses diversos e com estilos de aprendizagem variados. Alunos com desenvolvimento típico, alunos com deficiência, alunos no espectro autista, alunos com altas habilidades... E a escola tem a responsabilidade de proporcionar uma estada de qualidade, com relações efetivas, tanto com os objetos do conhecimento, quanto com os colegas, professores e demais sujeitos que convivem no espaço escolar.

Pensando na perspectiva da diversidade e da inclusão, um dos exercícios que a escola pode se propor a fazer é estabelecer espaços de fala e de escuta para que as diferenças que compõem os grupos sejam identificadas, debatidas, ressignificadas, oportunizando que todos possam se repensar e, também, repensar as relações. Silva (2006, p.165) fala que “educar, requer necessariamente o outro como o agente que interage na sociedade e na qualidade da relação que se estabelece com o outro”.

Este artigo relata uma experiência de Conselhos de Classe Participativos, com propostas realizadas com os alunos de Ensino Fundamental I, na perspectiva de favorecer espaços de reflexão, tanto no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, quanto ao relacionamento com os aprendizados mais formais, e de crescimento/amadurecimento pessoal e coletivo. Para tanto, inicialmente é realizada

a caracterização da escola em que se passa esta experiência e, na sequência, o relato das propostas de Conselho de Classe Participativo, relacionando com as perspectivas da educação inclusiva.

2 | A ESCOLA

A Escola de Ensino Fundamental Centro Integrado de Desenvolvimento tem, na sua origem, os conceitos de educação inclusiva e, desde sua abertura, em 1990, se propõe a receber qualquer criança. Isto é significativo de ser destacado, pois somente em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata pela primeira vez desta questão, sendo evidenciado o ineditismo desta instituição. Ao longo de todos os anos de funcionamento, várias foram as mudanças que ocorreram, sempre visando uma educação de qualidade, que tenha efeito em todos os sujeitos que estão ali inseridos.

As mudanças são possíveis de acontecer, sem perder o eixo principal do trabalho, pois há clareza dos pilares de sustentação da escola. Estas são as linhas de atuação interligadas: Psicanálise, Pedagogia de Projetos e Inclusão. A Psicanálise, no sentido de valorizar a escuta atenta a todos, alunos, profissionais, familiares, compreendendo que os espaços de fala e escuta são constitutivos do sujeito. A Pedagogia de Projetos, a partir da concepção de um planejamento atento às demandas, possibilidades, necessidades e aos interesses dos alunos, com espaço para parte do planejamento ser coletiva, no sentido de todos os envolvidos com aquele projeto serem autores do conhecimento que está sendo produzido. E a Inclusão, a partir de uma concepção da valorização da diversidade, valorização das diferenças como possibilidades de convivência e de produção de conhecimento. Muito além de receber alunos com deficiência, é propiciar que todos os alunos que ali estão se apropriem de sua própria história e sejam autores da mesma.

Entendendo assim a Inclusão e a escolha que a escola faz por esta inclusão apresentada acima, faz muito sentido que a psicanálise (nas suas possibilidades de espaço de falas e de escutas) e a pedagogia de projetos (com sua forma descentrada de organização do trabalho pedagógico) sejam as escolhas da escola. (FONSECA, 2011, p.40/41)

A etapa do Ensino Fundamental I, que compreende as turmas de 1º ao 5º ano, com crianças de idade entre 6 e 11 anos, aproximadamente, engloba um período de muitas transições. As crianças iniciam esta etapa com pensamento ainda bastante centrado e egocêntrico e, aos poucos, vão descentrando e percebendo o outro e a importância deste para o seu desenvolvimento. A escola, como espaço de encontros privilegiados, é cenário destas possibilidades.

Neste contexto, é oportunizado aos grupos um aprendizado significativo, com diferentes estratégias, contemplando tanto os conteúdos mais formais, como as

relações com os acontecimentos da atualidade, com as questões ambientais, com a riqueza do universo das artes, com as diversas possibilidades da convivência, reconhecendo o valor do diferente... enfim o que as crianças “querem porque precisam saber”, expressão cunhada por Junqueira Filho (2006) e que tão bem descreve este dinamismo que a proposta da escola permite.

Crianças e professores são, portanto, sujeitos-leitores e objetos de conhecimento-linguagem uns dos outros, e nessas trocas de leituras e diálogos sobre si e sobre o mundo, vão produzindo a si e o mundo [...] num processo contínuo, provisório e inacabado de autoconstituição, de produção de si e do mundo. (JUNQUEIRA FILHO, 2006, p.29/30)

E neste contexto, o processo avaliativo é contínuo e se dá a partir de diversos instrumentos, tanto a observação/interação constante dos professores, como os registros realizados pelos alunos, as produções, os exercícios, as provas... Este processo é formalizado trimestralmente, ocasião em que ocorrem os Conselhos de Classe Participativos e os Conselhos de Classe. O registro se dá através de Relatórios de Avaliação entregues às famílias dos alunos, em reuniões coletivas e/ou individualizadas.

3 | O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

É na relação com os outros que se joga o jogo do conhecimento
(Salgado e Ferreira)

Os Conselhos de Classe Participativos, realizados com as turmas de Ensino Fundamental I ao final de cada trimestre letivo, tem o objetivo de possibilitar espaços de reflexão, de autoconhecimento e, desta forma, favorecer o relacionamento interpessoal e também o relacionamento com os objetos de conhecimento e com as aprendizagens.

A psicanálise, dentro desta perspectiva, abre espaço para que as ações, pensamentos e práticas sejam pensadas e construídas como processo contínuo. Guattari (1992) fala que pensar a subjetivação a partir das instâncias individuais, coletivas e institucionais faz com que percebamos que ela é plural.

Poder proporcionar espaços para que as crianças se reconheçam enquanto grupo e indivíduos, que reconheçam o que determinadas cenas geram em seu dia a dia e para além dele, só é possível quando o discurso está conectado com a prática. Os conselhos participativos são mais uma oportunidade que favorecem ações mais conscientes.

Estes Conselhos são organizados pela coordenadora pedagógica e pela psicóloga, levando em consideração as demandas e as características de cada grupo,

e partem de alguma dinâmica ou recurso audiovisual para favorecer o espaço de fala e de interação para todos.

Ao longo dos debates, se procura identificar o que os alunos consideram como pontos fortes do trimestre, tanto no que diz respeito ao relacional quanto aos aprendizados formais, bem como o que consideram como pontos frágeis, buscando o porquê disto e tentando elencar possibilidades de melhora. Os alunos exercitam trocas significativas através da palavra, desenhos, registros, procurando fazer reflexões sobre as relações com o meio em que estão inseridos, no que diz respeito ao universo da sala de aula e as relações que ali se estabelecem.

A seleção de atividades de ensino-aprendizagem, com maior valor educativo intrínseco, pode permitir ao aluno tomar decisões; assumir papel ativo como alguém que 'dialoga' com a realidade, investigando-a e estabelecendo relações com o saber pela redescoberta, e desenvolvendo a cultura do pensamento em sala de aula. Será, certamente, um processo lúdico e extremamente prazeroso, se as diferenças individuais forem reconhecidas e as atividades adequadas. (CARVALHO, 2008, p.96)

Desta forma, estão produzindo novas formas de subjetivação. É possível perceber que os alunos, em suas primeiras experiências de Conselho de Classe Participativo, ficam mais superficiais e que, ao longo das próximas experiências, vão compreendendo a sistemática e vão aproveitando melhor este espaço, resgatando aspectos importantes da escolarização, lembrando e resignificando fatos acontecidos ao longo do ano, bem como relembando os Conselhos de Classe Participativos já realizados anteriormente, destacando o que permanece como questão, novas questões que se apresentam e as que se modificam.

Penso que pelo diálogo, entendido como a estratégia fundamental num processo que impõe a análise da qualidade das relações que se estabelecem entre alunos e educadores (e vice-versa), dos educadores entre si e com os gestores (e vice-versa), dos alunos entre si; de educadores e alunos com os saberes, objetivando-se estimular a presença, a participação e a aprendizagem de todos. (CARVALHO, 2008, p.97)

Esta é uma estratégia que vem trazendo efeitos, valorizando a subjetividade, singularidade e a cooperação com vistas à autonomia e à autoria. Autonomia para buscar o conhecimento com segurança e autoria para produzir situações significativas para a vida atual e futura. Proporcionar este espaço de escuta e fala genuíno é um dos primeiros passos para o exercício da cidadania. Poder pensar sobre os papéis que exercemos e assumimos dentro da escola é importante para que possamos fazer o discurso circular, e para que possamos pensar nas melhores alternativas para encaminhar as situações do cotidiano.

Abrindo estes espaços, a escola é agente de mudança, uma vez que estes momentos servem para que os alunos possam refletir sobre questões mais subjetivas; colocando em palavra ou registro concreto os ajuda a visualizar novas possibilidades

de ação. No momento em que determinadas posturas e comportamentos são questionados, os alunos saem de suas posturas mais passivas e se tornam co-responsáveis pela construção de seus saberes.

Para tornar mais palpável a ideia que é desenvolvida nos Conselhos de Classe Participativos, segue um exemplo:

Ao final do primeiro trimestre letivo de um grupo de primeiro ano, foi utilizado como disparador do Conselho Participativo o curta-metragem Piper (Pixar, 2016). No filme um passarinho é apresentado aos desafios de buscar a sua própria comida, que até então lhe era entregue pela mãe e, ao mesmo tempo, enfrentar os contratempos do agitado oceano. Em aproximadamente seis minutos de animação, vimos o desafio da separação mãe-filho, o medo do novo, o incentivo a continuar, os tropeços das primeiras tentativas, o auxílio de um novo amigo (caranguejo) e, finalmente, o pequeno passarinho se divertindo muito com as novas conquistas. No grupo do primeiro ano, conversamos sobre os sentimentos que o filme provocou: algumas crianças mais falantes, outras visivelmente pensativas ou emocionadas... Até que instigamos as crianças perguntando porque eles imaginavam que tínhamos escolhido aquele filme para assistirmos juntos no Conselho. E foi imediata a associação com a nova fase de escolarização: alguns chegando pela primeira vez na escola, outros já na escola, mas passando pela transição de etapas. Novos horários, novos professores, novos colegas, caderno, estojo, tema, recreio com “os grandes”... Na sequência, pedimos que as crianças ponderassem sobre os pontos positivos do trimestre e pontos a serem melhorados, sendo que poderia ser sobre qualquer questão da vida escolar. Nesta parte da proposta, então, é exigido um processo mais reflexivo, de avaliação sincera sobre o trimestre e aqui aparecem as imaturidades de crianças de seis anos. Tanto os longos relatos, quanto os “não sei”, tanto as falas que repetem o que os colegas já disseram, como os que procuram fazer “queixa” dos colegas ao invés de refletir sobre a sua caminhada, refletem o turbilhão de acontecimentos que cabem em um trimestre. A mediação vem no sentido de oportunizar espaço para todos, cuidar para que a reflexão fique realmente em torno da vida escolar, relembrar a consigna, retomando a proposta sempre que oportuno. E, ao final da proposta, pedimos que as crianças fizessem um registro em desenho de algo que tenha sido significativo no Conselho. E, de forma muito autêntica, apareceram registros de diferentes contextos: alguns do filme Piper, alguns da cena do Conselho propriamente dito, com o grupo em roda conversando, alguns de contextos que foram citados nas conversas, como o primeiro dia de aula e o recreio no pátio.

E, assim como este, temos muitos outros exemplos que traduzem a riqueza e o aproveitamento dos espaços de Conselho Participativo. Numa ocasião, conversando com um grupo de segundo ano, ao questionarmos diretamente um menino que até então muito pouco tinha falado no conselho, ele manteve-se em silêncio e outra criança disse que ele era muito tímido, que isso acontecia nas aulas também. Neste momento ele disse que não se tratava de timidez, que ele estava pensando sobre o

que estávamos falando. Isso foi bem importante, pois por vezes as crianças (e até os adultos) se apressam a justificar determinadas situações em nome dos outros, o que pode incorrer em leituras superficiais e que servem para reforçar estereótipos, justamente o que queremos evitar.

Em outra ocasião, conversando com as crianças de uma turma de quarto ano, em que uma das participantes era uma menina com uma deficiência genética e que apresentava em seu comportamento e interação, características de autismo, foi perguntado diretamente ao grupo como era ter esta colega no grupo, com comportamento tão diferente, que não se comunicava pela fala, que não interagia com os objetos de aprendizado mais formal, como lápis e caderno, que nem sempre tinha disponibilidade de ficar o período integral na sala, precisando dar algumas caminhadas pela escola. Os colegas deram depoimentos muito surpreendentes, dizendo que como estavam juntos desde o primeiro ano, já entendiam muito as manifestações da colega e ela também entendia o grupo. Reforçaram que estavam acostumados com as vocalizações que ela fazia e que sentiam falta quando ela não estava no grupo, que sabiam que quando ela estava muito agitada podiam oferecer a mochila para que ela brincasse com as rodinhas e que isso a acalmava, que estranho seria se ela não fizesse parte do grupo. Isso mostra que o diferente pode ser simplesmente o diferente, não precisa ter um “mas”. A convivência, quando bem construída, se encarrega de descobrir o “tom” daquela relação. Aliás, como em todas as relações, independente de a pessoa ter alguma limitação ou não.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada homem é, ao mesmo tempo, um ente individual e, um ente social. Como indivíduo, distingue-se de todos os outros homens; e, porque se distingue, opõe-se-lhes. Como sociável, parece-se com todos os outros homens; e, porque se parece, agrega-se-lhes. (Fernando Pessoa)

Ao longo do tempo que os Conselhos de Classe Participativos acontecem, fomos percebendo o quão rico é possibilitar às crianças novas formas de se pensar, pensar o outro e pensar o mundo. Uma escola que se propõe a abrir espaços de fala e de escuta mostra que está implicada nas novas articulações necessárias de serem resignificadas no contexto escolar.

A condução das propostas, que são pensadas a partir da demanda que identificamos em cada grupo, possibilita que as crianças possam se conectar com situações que fazem sentido para elas, o que pode favorecer o engajamento com as propostas para que possam efetivamente trazer suas percepções.

Os Conselhos Participativos também são possibilidades que as crianças têm de se colocar no lugar do outro e também assumir os seus pensamentos, ações e papéis no grupo. Ao abrir para as crianças esses espaços reflexivos, os ajudamos a identificar

o que sentem e percebem frente às situações vividas cotidianamente.

Os pilares que sustentam a instituição (Psicanálise, Pedagogia de Projetos e Inclusão) são fatores que possibilitam que os Conselhos aconteçam. Valorizar a diversidade, o pensamento plural, as experiências que são construídas por cada grupo, fazem com que a instituição (e quem a compõe) cresça e se reconheça como agente de mudança, uma vez que valorizamos os diferentes atores que compõem a cena da escola. Este entendimento resgata o conceito amplo de Inclusão que estamos buscando solidificar, em que é preciso garantir acesso e qualidade de permanência e de aprendizado a todos que fazem parte do universo escolar.

Dessa forma, também estamos valorizando o cuidado e a responsabilidade que os adultos têm com a infância. A escola deixa-se afetar pelo outro assim como também busca deixar marcas de cidadania, responsabilidade e empatia.

A conversa desmonta certezas, e com isso abre trilhas, resgata a convivência junto à alteridade, desconstrói verdades e possibilita novos sentidos na medida em que pretende o entendimento e não a explicação ou a simplicidade estreita. A conversa, pelo contrário, alarga vias de passagem, criando perspectivas e soluções, e com isso faz avançar a cultura. A conversa *interinstitui* sujeitos e objetos, restaurando a potência de raciocinar em expansão. A conversa alivia a dor, uma vez que quebra a solidão e o desamparo e, assim, é instrumento poderoso de promoção de saúde. (MERQUIOR, 2009, p.296)

REFERÊNCIAS

BRANCO, Angela Maria C. U. A. e OLIVEIRA, Maria Claudia S. L. (orgs) **Diversidade e cultura da paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

EIZIRIK, Marisa F. **Educação e Escola**: a aventura institucional. Porto Alegre, AGE, 2001.

FONSECA, Lúcia Lima da. **A Escuta em Equipe da Escola**: um estudo sobre linguagem e produção de professoralidade. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FAGED, PPGEDU, Porto Alegre, 2011.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens Geradoras**: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MERQUIOR, Márcia. Converso logo existo: reflexões sobre a conversa como instrumento e humanização da saúde. In: MAIA, Marisa Schargel (org) **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

PIPER. Direção: Alan Barillaro. Produção: Marc Sondheimer. Los Angeles (EUA): Pixar, 2016.

SILVA, Carla S.R. A Relação dinâmica transferencial do professor-aluno no ensino. **Ciência e Cognição**, ano 03, v.08, p.165-171, 2006. Disponível em <<http://www.cienciasecognicao.org>> Acesso em: 16 de agosto de 2018

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-033-9

